



Senadores querem rapidez na votação de novo projeto do FPE

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros (C) preside reunião de líderes em que foi acertada a tramitação de nova proposta de distribuição dos recursos do FPE, a ser votada na terça

Proposta baseada em projeto já em tramitação deve ser votada após nova reunião de líderes partidários, terça-feira

Renan Calheiros classificou como detalhes os motivos que levaram os deputados a rejeitar proposta dos senadores. Ele acredita que novo texto será aprovado com prazo suficiente para ser votado na Câmara até 23 de junho, data-limite estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal para novas regras do FPE. **3**

Projeto sobre criação de partidos deve ter análise retomada pelo Congresso 2

Comissão pedirá ajuda a Dilma para destravar reforma da Rodovia BR-319 4

Começa a funcionar colegiado que atualizará Lei de Licitações 7

Pedro Franco/Agência Senado



Deputada Jô Moraes, senadora Vanessa Grazziotin, deputada Elcione Barbalho e ministra Eleonora Menicucci

Partidos resistem à mulher, diz ministra

A ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, disse que a resistência dos partidos

é um dos fatores que dificultam maior presença feminina na política. Ela participou de seminário no Congresso. **5**

Por causa da Copa, Parlamento pretende definir até agosto lei sobre terrorismo 7

Governo vai investir R\$ 150 milhões em irrigação na Amazônia 6

Senado homenageia atualidade das ideias de José Bonifácio 8

Silêncio de ministros faz convite virar convocação

Comissão de Relações Exteriores suspendeu votação de indicados para embaixadas e endureceu caráter da chamada a Antonio Patriota e Fernando Pimentel para debate sobre novo bloco econômico no continente. **8**



Na comissão, Ricardo Ferraço e Roberto Requião ouvem Eduardo Suplicy (de costas) dizer que não criaria objeção à transformação do convite em convocação

Marcos Oliveira/Agência Senado

Cinco ministros do STF apoiam análise de projeto sobre partidos

Apenas um deles acompanhou o relator, que concedeu liminar e suspendeu a tramitação, em julgamento que será retomado quarta-feira

O SUPREMO TRIBUNAL Federal (STF) voltou a suspender ontem o julgamento sobre a continuidade da tramitação, no Senado, do projeto que cria restrições ao estabelecimento de novos partidos políticos (PLC 14/2013). A votação parcial indica que a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes será derrubada e a proposta poderá voltar a ser examinada. O julgamento deve ser retomado na quarta-feira.

Por enquanto, cinco ministros votaram pela continuidade da tramitação — Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio — e dois votaram pela interrupção — Dias Toffoli e Gilmar Mendes, relator. Ainda faltam três votos e existe a possibilidade de empate, mas o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, último a votar, já deu declarações contrárias à liminar.

Primeiro a votar ontem, Teori Zavascki considerou que o STF não deve julgar a constitucionalidade de proposta legislativa, sendo a análise possível apenas depois de sua eventual transformação em lei. Os demais ministros que votaram, com exceção de Toffoli, acompanharam a divergência. Marco Aurélio também considerou incabível o uso do mandado de segurança para o caso.

Antes da suspensão da ses-



Plenário do Supremo: declarações sinalizam apoio à tramitação da proposta

são, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia afirmado que uma decisão favorável à retomada da tramitação atenderia as expectativas do Parlamento e da sociedade pelo fortalecimento da democracia e dos partidos. Para o parlamentar, deve prevalecer a harmonia e independência dos Poderes.

— Não há vencedores e não há vencidos. Ganham as instituições, a democracia, a Constituição federal e os partidos políticos — afirmou, sobre a possibilidade de que o projeto continue a tramitar.

“Invasão”

O mandado de segurança foi impetrado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em abril. Ao conceder a liminar, Gilmar Mendes mencionou aparente casuísmo na proposta, em prejuízo das minorias políticas.

À época, Renan Calheiros disse considerar a decisão uma “invasão” no Poder Legislativo, mas afirmou que as divergências não significavam crise entre Congresso e Supremo.

Por meio de agravo regimental, os advogados do Senado argumentaram que o STF, ao suspender a tramitação de um projeto, inibia o que eram meras intenções, já que o texto ainda poderia ser modificado durante a discussão. Segundo a Advocacia do Senado, a suspensão parece não levar em conta o papel do Senado de casa revisora, definido pela Constituição.

Para os advogados, o pedido não poderia ter sido feito por meio de um mandado de segurança. Além disso, não haveria violação da Constituição no simples exame da matéria, cabendo ao Legislativo tomar a decisão política de sua competência.

O projeto também provocou discordâncias dentro da Procuradoria-Geral da República (PGR). Enquanto o procurador-geral, Roberto Gurgel, defendeu a prerrogativa do Supremo para impedir a tramitação de projetos de lei considerados inconstitucionais, a então vice-procuradora-geral, Deborah Duprat, falou contra a liminar em sessão



Rollemberg defende novo recurso ao STF caso iniciativa seja aprovada

plenária do STF. Na ocasião, na semana passada, ela substituiu o procurador-geral.

Na terça-feira, Deborah Duprat foi dispensada do cargo por Gurgel. Antes, o procurador-geral encaminhou ao STF um pedido para que fosse desconsiderada qualquer manifestação da procuradora no julgamento. Ele afirmou que o episódio evidenciou “falta de sintonia” no relacionamento institucional.

Diante da tendência de derrubada da liminar e liberação da análise do projeto no Senado, Rodrigo Rollemberg já admite voltar a recorrer ao STF caso o projeto seja aprovado.

Para ele, embora a maioria dos ministros tenha se manifestado contra a liminar, o que estava sendo julgado não era o mérito, mas o controle preventivo de constitucionalidade, com o uso de uma liminar contra um projeto em tramitação. Segundo o senador, no mérito, há indicativos contrários à proposta, que terá grande possibilidade de ser julgada inconstitucional, caso seja aprovada.

Critério para apreciar vetos será decisão coletiva

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a afirmar que o critério para a apreciação dos vetos presidenciais será decidido de forma coletiva. A sessão do Congresso em que seriam lidos 150 vetos, prevista para a última quarta-feira, foi cancelada.

Há mais de 3 mil vetos pendentes de votação no Congresso, muitos deles considerados prejudicados por tratarem de matérias vencidas, como orçamentos já executados.

— O processo legislativo só se completa com a apreciação dos vetos. A presidente tem o direito de vetar e o Congresso tem a obrigação de apreciar os vetos — observou.

O presidente do Senado foi questionado ainda sobre edital publicado pela Casa para fornecimento de gêneros alimentícios ao chamado Cafezinho, espaço anexo ao Plenário. De acordo com a Diretoria-Geral, o edital, que previa inicialmente gastos de R\$ 375 mil, será readequado porque há “divergência” entre o contrato em vigor e a última compra, feita no ano passado.

— Com certeza o Senado Federal é o melhor exemplo de transparência do Parlamento e é muito melhor conviver com a contradição da transparência do que esconder essas informações. Então, é importante que essas coisas sejam discutidas — afirmou Renan.

Renan destaca harmonia entre Poderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu ontem nota pública (abaixo) sobre o julgamento do mandado de segurança contra a tramitação do projeto sobre novos partidos.

Decisão do STF: “Prevaleceu a harmonia e a independência dos Poderes”

A decisão do Supremo Federal dando prosseguimento ao projeto de lei em tramitação no Senado Federal atende as expectativas do Parlamento e também da sociedade, que anseia pelo fortalecimento dos partidos.

Em todos os momentos, de maneira republicana e civilizada, invocamos a condição do Congresso Nacional de zelar por sua competência constitucional a fim de evitar o controle preventivo da constitucionalidade das leis que,



Para Renan Calheiros, “ganham as instituições, a democracia”

em nosso entendimento, só é possível quando a lei vem à luz.

Ao recorrer, através de um agravo regimental, reiteramos — eu e o presidente Henrique Eduardo Alves — que o fazíamos para dar ao STF a

possibilidade de apreciar a decisão monocrática.

O bom senso e o equilíbrio pontuaram todas as conversas sobre o tema, inclusive as duas visitas que fizemos ao eminente ministro Gilmar Mendes, relator da matéria, por quem tenho grande apreço.

Prevaleceu, em nosso entendimento, a harmonia e a independência dos Poderes. Portanto, não há vencedores, não há vencidos. Ganham as instituições, a democracia, a Constituição federal e o processo legislativo.

O fundamental é o princípio afirmado, e não o seu desfecho. O retorno do projeto à votação, com a derrubada da liminar pelo STF, será feito na melhor oportunidade.

*Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional*

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Hoje a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Alagoas

10h Renan Calheiros participa de ato de entrega de máquinas — PAC 2, em Jaraguá; às 11h, de inauguração da Agência da Previdência Social de Cajueiro; e, às 14h, de almoço para entrega de kits agrícolas a associações e sindicatos, em São José da Tapera. Todos os compromissos do senador são em Alagoas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan confirma votação de novo projeto de partilha do FPE na terça

Proposta aprovada pelos senadores foi rejeitada pelos deputados. Prazo para definir critérios de partição se encerra em 23 de junho

UMA NOVA PROPOSTA de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deve ser votada na próxima terça-feira no Senado. A informação foi confirmada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, após reunião com lideranças, na tarde de ontem. O projeto aprovado pelo Senado foi rejeitado pela Câmara dos Deputados na sessão de quarta-feira.

Conforme explicou Renan, a ideia é que o senador Walter Pinheiro (PT-BA) trabalhe em um texto até a próxima terça, quando deve ocorrer nova reunião de líderes na sala de audiências da Presidência, às 15h. O texto seria votado no mesmo dia no Plenário e seguiria para a Câmara dos Deputados com prazo suficiente para ser votado até 23 de junho — data-limite estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso se pronuncie sobre novas regras para distribuição dos recursos do FPE.

Para Renan, uma nova votação no Senado vai criar mais uma oportunidade para que a Câmara se posicione sobre o assunto. Ele destacou a importância dos recursos do fundo para boa parte dos



Renan Calheiros (C) preside reunião de líderes para construir solução rápida

estados da Federação e disse que o Congresso não pode deixar os estados na incerteza do recebimento desse repasse.

— Os estados estão em dificuldade, com poucos recursos para investimentos. Imaginem o que será se esses estados ficarem sem receber os recursos do FPE: será um horror — disse.

Na visão de Renan, o texto aprovado no Senado foi “neutro”. As diferenças levantadas pelos deputados, segundo o presidente, são apenas “detalhes”. Ele também disse que já conversou sobre o assunto com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves. Para o presidente do Senado, o “mais prudente” seria a Câmara votar o projeto logo que

receber o texto do Senado e, assim, não precisar pedir mais prazo para o STF.

— Isso acabaria criando mais dificuldade na independência que deve haver entre os Poderes — afirmou.

Entendimento

Para o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), é preciso encontrar um acordo entre o texto que foi aprovado no Senado e as demandas apontadas pelos líderes da Câmara. O senador disse que não haverá “mágica” para o entendimento, mas admitiu que, se senadores e deputados não encontrarem uma solução para a questão, haverá um grande prejuízo para as receitas estaduais.

— Nada como a necessidade

para forçar uma solução quando a solução parece impossível — declarou.

O líder do PT, Wellington Dias (PI), admitiu que não haverá unanimidade em torno do projeto. Na avaliação do senador, um novo texto de consenso não pode se distanciar do que já foi aprovado no Senado, para não correr o risco de ser rejeitado pelos próprios senadores.

Para o líder petista, senadores e deputados farão o esforço necessário para aprovar as novas regras. Ele lembrou que a falta de acordo pode criar uma “situação em que não há regra”.

Para Blairo Maggi (PR-MT), é possível encontrar um acordo para ajustar as diferenças levantadas na Câmara. Segundo ele, os prazos para entrada em vigor das novas regras podem ser alterados. O senador, no entanto, admitiu dificuldade para mexer nos percentuais de transferência dos valores.

Para o senador, não há “plano B”, pois “ninguém terá coragem” de pedir mais prazo para o STF. Sem entendimento, segundo Blairo, o Congresso vai pagar um preço alto por “não dar conta de suas funções” diante da sociedade.

Para Pinheiro, texto em análise em comissão pode ser aproveitado

Para Walter Pinheiro, uma das soluções possíveis é aprovar projeto de lei que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) e que estava tramitando em conjunto com o PLS 192/2011, rejeitado pelos deputados.

— Sugeri ao Renan que nós apreciemos a matéria



Moreira Maniz/Agência Senado

para enviarmos já na terça-feira à noite para a Câmara dos Deputados a fim de que eles façam uma segunda avaliação do assunto — explicou.

Segundo Pinheiro, na conversa com Renan, ficou clara a intenção de evitar que o assunto acabe novamente no Judiciário.

Exame na Câmara foi marcado pela polarização entre regiões

A votação do projeto do FPE na Câmara foi marcada pelo desentendimento que colocou em lados opostos a bancada do Nordeste e as bancadas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para aprovar a proposta, seriam necessários 257 votos, mas foram apenas 218 favoráveis. Houve 115 votos contrários.

A polêmica sobre o FPE começou em 2010, quando os

estados do Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Goiás contestaram no Supremo os coeficientes aplicados para dividir o dinheiro. O STF deu prazo para que o Congresso mudasse os critérios até 2012. Com a dificuldade de acordo, os parlamentares pediram mais tempo e o prazo foi prorrogado até 23 de junho deste ano.

Lúcia Vânia afirma que política de subsídios prejudica municípios

Em pronunciamento ontem, Lúcia Vânia (PSDB-GO) condenou a concessão de subsídios públicos a atividades econômicas com base na renúncia fiscal de impostos e disse que a prática é lesiva ao país, pois prejudica diretamente a receita dos estados e municípios.

— Como aponta o próprio TCU, a União renuncia a quantias altíssimas, e o faz de forma que estados e municípios paguem parcela significativa da conta, e sequer investiga se os resultados foram efetivamente alcançados — afirmou.

Dilma precisa ouvir críticas e dialogar com oposição, diz Cristovam



Moreira Maniz/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a presidente Dilma precisa ouvir aqueles que fazem críticas ao governo e dialogar com os opositoristas. O senador afirmou que continuará alertando o governo para a crise econômica que ameaça o país. Ele se disse preocupado com os gastos públicos, a falta de inovação na economia, a queda na produtividade e a falta de competitividade internacional.

Souza vê compromisso do Banco Central com o controle da inflação

Sérgio Souza (PMDB-PR) enumerou ocorrências recentes na economia que, em sua avaliação, são sinais de melhoria nas expectativas do produto interno bruto (PIB). Entre elas, apontou o maior comprometimento do Banco Central com o controle da inflação, por meio da elevação da taxa Selic em 0,5 ponto percentual.

— Trata-se de uma medida que traz reflexos positivos que vão além do combate à inflação, pois restabelecem a imagem autônoma e baseada em critérios técnicos do Banco Central.

Economia está mal e culpa é do governo, acusa Agripino



Moreira Maniz/Agência Senado

José Agripino (DEM-RN) avaliou na quarta-feira que a economia passa por um momento de grandes dificuldades no país, enfrentando fuga de capitais.

— Nos últimos 24 meses, o Brasil teve excelentes condições para um crescimento exponencial, com juros baixos, câmbio favorável e financiamentos em condições favoráveis, mas o país cresceu a menos de 1% — assinalou.

MP do sistema bancário chega ao Senado

O segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), leu em Plenário a Medida Provisória (MP) 608/2013, que implementa no sistema bancário brasileiro as regras dos acordos de Basileia 3. A MP perde a validade no dia 28.

A matéria chegou na forma do PLV 14/2013 e foi imediatamente incluída na pauta de votações do Plenário, já trancada pelo PLV 15/2013, proveniente da MP 609/2013.

Os acordos de Basileia 3 são um conjunto de propostas de regulamentação bancária, firmados em 2010, para reforçar o sistema financeiro. A iniciativa é do Fórum de Estabilidade Financeira e do G20.

A ideia no Brasil é que os bancos se preparem melhor para evitar o impacto negativo de crises financeiras, como a de 2008. A matéria cria opções de capitalização dos bancos, como a obtenção de crédito presumido e a possibilidade de transformar a letra financeira em ações.

O crédito presumido criado pela MP permitirá aos bancos ressarcimento tributário de parte das provisões feitas para créditos de liquidação duvidosa (que o banco julga terem maior risco de não serem pagos pelo devedor).

Atualmente, essas provisões são consideradas contabilmente como despesas, mas não passíveis de serem deduzidas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) enquanto o banco não receber o valor devido. A diferença entre o que foi provisionado e o que foi efetivamente recebido em atraso será usada para calcular o crédito presumido.

(Com informações da Agência Câmara)



Ana Amélia critica uso do FGTS para financiar eletrodomésticos

Ana Amélia questiona novo programa de crédito do governo

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou a possibilidade de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de móveis e eletrodomésticos, conforme consta do programa Minha Casa Melhor, lançado na quarta-feira pelo governo. A parlamentar alertou para o risco de endividamento e inadimplência das famílias no que classificou de “presente de grego” para os trabalhadores.

Ana Amélia ressaltou que não é contra programas de estímulo e financiamento à economia e ao consumo, desde que não prejudiquem o FGTS.

— Preocupam-me, e muito, o uso de dinheiro do trabalhador para um programa de governo e o modo como essas operações de crédito serão feitas, especialmente no atual momento econômico do país — afirmou.



Viana prevê desabastecimento no Acre sem a via de ligação

Viana: bancadas vão à Justiça por licitação de ponte no Rio Madeira

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que vai juntar as bancadas do Acre e de Rondônia para recorrerem à Justiça federal e garantir que ocorra a abertura da licitação para construir a ponte sobre o Rio Madeira, na BR-364. Ele explicou que um novo adiamento da licitação trará um enorme problema social para o Acre, já que o estado poderá ficar desabastecido.

O senador criticou ação popular movida por um cidadão pedindo modificação do edital de licitação da obra porque não concorda com a exigência de engenheiros com oito anos de formação nas empresas que participarão da construção da ponte.

— A ação está querendo postergar e deve ter um vínculo com os detentores das concessões das balsas, que ganham uma fortuna no local — disse.

Senadores pedirão a Dilma que libere obra em rodovia

Senadores se queixam de demora na recuperação da BR-319, entre Porto Velho e Manaus; trabalho depende de licenças do Ibama

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiu ontem recorrer à presidente Dilma Rousseff para tentar destravar a recuperação da Rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Inaugurada em 1973, a principal ligação terrestre entre Manaus e o resto do país está intransitável em metade dos 900 quilômetros.

Tentativas de recuperação da estrada se arrastam desde 2008. As obras dependem de licenças ambientais do Ibama, que já recusou quatro estudos apresentados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) alegando inconsistência.

A decisão de recorrer à presidente da República foi tomada ao final de uma audiência pública realizada na CRA com Jorge Fraxe, diretor-geral do Dnit, e Eugênio Costa, diretor de Licenciamento do Ibama.

Acir Gurgacz (PDT-RO)



À esquerda, Jorge Fraxe, Acir Gurgacz e Eugênio Costa na audiência pública

explicou que a BR-319 é essencial para o escoamento da produção da região, o deslocamento da população local e o turismo.

— Em 2010, a então chefe da Casa Civil e hoje presidenta Dilma dizia que nós, de Rondônia, poderíamos ir assistir aos jogos da Copa do Mundo em Manaus pela BR-319. Pelo andar da carruagem, isso não vai ser possível — disse.

O representante do Ibama explicou que, para conceder as autorizações, o órgão segue o que está definido no termo de referência, documento inicial que orienta o trabalho do Dnit ou da empresa contratada para executar o serviço.

— O estudo de impacto ambiental apresentado não atendeu o que estava estabelecido no termo de referência — afirmou Costa.

Para Fraxe, não há motivo para as exigências do Ibama, uma vez que não se trata de abertura ou duplicação da via, mas de restauração.

— O impacto ambiental já ocorreu quando da abertura da rodovia — disse.

Para agilizar a reabertura da BR-319, o diretor-geral do Dnit sugeriu que a rodovia seja entregue ao governo do Amazonas para ser transformada em estrada-parque, ficando o Exército responsável pelo controle e gestão.

Senado incentiva diálogo entre Dnit e Ibama

Com o objetivo de reduzir o tempo para realização de obras de construção e reforma de rodovias, o Senado tem promovido o diálogo entre órgãos ambientais e os responsáveis pela execução dos projetos — em especial, o Ibama e o Dnit, respectivamente. Apenas nesta semana, duas audiências públicas trataram do tema.

Para Acir Gurgacz, muito

da demora na conclusão das obras e na entrega das vias se deve à falta de diálogo e descompasso entre esses órgãos.

— Não podemos acelerar as obras em detrimento das questões ambientais. E não podemos deixar de fazer as obras por questões ambientais. Mas fazer as duas coisas juntas é uma obrigação de governo, uma questão de política pública nacional — afirmou.

Na avaliação do senador, dois fatores contribuem para o grande atraso na execução da maioria das obras de infraestrutura: o excesso de exigência ambiental e a deficiência dos projetos.

A opinião é compartilhada por outros 11 parlamentares, segundo levantamento divulgado pelo presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor (PTB-AL).

Atos contra tarifa de ônibus repercutem em Plenário

Senadores comentaram em Plenário as manifestações que têm ocorrido em São Paulo e em outras capitais contra o aumento das tarifas de transporte público. Raulo Rodrigues (PSOL-AP) condenou a atuação da polícia,

enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticaram atos de vandalismo.

Ontem Suplicy comunicou que enviou ofício ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao prefeito da capital,

Fernando Haddad, pedindo “diálogo e respeito” para a solução do impasse com manifestantes. O senador informou que incluiu no ofício a íntegra de discurso dele no Plenário na quarta-feira, quando sugeriu que os manifestantes adotem a prática da não violência.

Aloysio classificou os protestos de “banditismo” e disse que os manifestantes devem ser reprimidos com rigor.

Na quarta-feira Raulo chamou de “descabido” o aumento de tarifas e condenou a tentativa de criminalização de movimentos sociais que se opõem ao reajuste de R\$ 3 para R\$ 3,20 na tarifa dos ônibus, que entrou em vigor na semana passada.



Em São Paulo, os protestos têm provocado conflitos com a polícia militar



Para senador, é preferível um município pobre a um distrito

Cassol diz que novas cidades podem ajudar a desenvolver o Norte

A aprovação do projeto que regulamenta a criação de municípios (PLP 416/2008) foi defendida por Ivo Cassol (PP-RO). Para ele, a proposta ajuda a melhorar a situação precária de muitos moradores de Rondônia e incentiva o desenvolvimento da região.

Na opinião dele, “é mil vezes melhor um município pobre que um distrito miserável”.

— Infelizmente, os nossos distritos, nos quatro cantos deste país, vivem se arrastando com o pires na mão, pedindo esmola para prefeitos e vereadores, como se o distrito não pertencesse ao seu perímetro de responsabilidade.

O senador defendeu a redução, no seu estado, do mínimo populacional exigido para a criação de um município, que na Região Norte é de 50% da média total da população.



Mozarildo: proposta não levará a “farra de criação de municípios”

Mozarildo defende texto com regras para criação de municípios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu o apoio do governo e dos senadores para a aprovação de seu projeto de lei que institui regras para criação de municípios (PLS 98/2002 — Complementar).

O texto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a relatoria de Valdir Raupp (PMDB-RO). Mozarildo pediu ao colega rapidez na elaboração do relatório, para que a matéria possa ser votada logo.

O senador explicou que a proposta faz uma série de exigências para a criação de municípios, como plebiscito e estudo de viabilidade municipal. Mozarildo disse não entender reportagens que afirmam que o projeto ocasionaria “uma farra de criação de municípios”. Segundo ele, apenas 150 municípios teriam condições de ser criados, e não 400, como apareceu na imprensa.

Resistência dos partidos dificulta mulheres na política, diz ministra

Eleonora Menicucci apontou ainda a sobrecarga de tarefas, devido à divisão sexual do trabalho, como causa da baixa participação feminina

A PARTICIPAÇÃO FEMININA na política brasileira continua pequena, segundo a ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, devido a dificuldades que vão desde a divisão sexual do trabalho até a resistência dos partidos.

— Para os homens, é muito mais fácil participar da política, porque eles têm um estafe atrás deles. Para a mulher, é muito mais difícil. A divisão sexual do trabalho ainda é perversa. Para participarmos da política, sem culpa, é preciso um trabalho enorme, entre nós mesmas, do ponto de vista psicológico — ressaltou a ministra, durante seminário que discutiu, na Câmara dos Deputados, a participação parlamentar feminina e a expansão das procuradorias da Mulher em estados e municípios.

Na opinião de Eleonora, o trabalho diário está concentrado nas mulheres e isso requer ação das políticas públicas e das pessoas sobre a forma como organizam as rotinas, em especial a divisão das tarefas dentro de casa.

Outra dificuldade apontada pela ministra está nos partidos que não respeitam a legislação que visa estimular a participação feminina. Uma das exigências legais é que pelo menos 5% do Fundo Partidário seja aplicado “na criação e manutenção de programas de



Em seminário que abordou a participação parlamentar feminina, Eleonora pede mudança na mentalidade das legendas

promoção e difusão da participação política das mulheres”.

Também se exige a reserva às mulheres de pelo menos 10% da propaganda partidária gratuita. Além disso, os partidos deveriam reservar, no mínimo, 30% das candidaturas parlamentares ao sexo feminino.

— Temos de mudar a mentalidade no âmbito dos partidos, das instituições e da sociedade — defendeu a ministra.

Eleonora citou o exemplo da secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, que também participou do seminário. Nas sessões do Senado, ela auxilia os presidentes da Casa, sobretudo em questões regimentais. A ministra disse que a atuação de Claudia Lyra é fundamental para as atividades do Senado e, ao

mesmo tempo, “representa a invisibilidade das mulheres no mundo”.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), à frente da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, recordou que a sub-representação feminina existe no país, apesar de as mulheres serem a maioria da população e do eleitorado. Mas ela também frisou que hoje o país tem uma mulher na Presidência da República.

— Assim como afirmou a presidenta, não é inteligente a nação que não utiliza a inteligência da mulher — pontuou.

Procuradorias

Também se discutiu, no encontro realizado ontem, a rede de procuradorias da Mulher em estados e municípios.

Para estimular a expansão das procuradorias, a Câmara dos Deputados publicou, no ano passado, um manual destinado a estados e municípios interessados em criá-las nas assembleias legislativas e câmaras municipais (*veja link abaixo*). O texto inclui a resolução utilizada pela Câmara para instituir a Procuradoria da Mulher, que pode servir de modelo para outras Casas legislativas.

Também estiveram presentes no encontro as senadoras Ana Rita (PT-ES) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e a diretora do Banco Mundial para o Brasil, América Latina e Caribe, Deborah Wetzel.

Texto ensina a criar procuradorias <http://bit.ly/manualProcuradoria>

Audiência pública vai discutir proposta de internação compulsória

A internação compulsória de dependentes químicos será discutida em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), de acordo com requerimento de Humberto Costa (PT-PE) aprovado ontem.

A Câmara aprovou recentemente projeto da nova Lei Antidrogas (PL 7.663/2010), que chega ao Senado.

Para o senador, apesar de o tema já ter sido discutido em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), anteontem, há necessidade

de aprofundar o debate. Ele adiantou que o projeto receberá modificações no Senado, o que inclui as contribuições dos especialistas participantes da audiência.

Humberto Costa sugeriu que sejam convidados o consultor Marcos Rolim, o Conselho Federal de Psicologia e a ONG Viva Rio, entre outros.

No debate de anteontem, o secretário nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Maximiano, defendeu a internação involuntária de dependentes químicos, desde que sob indicação de médico especialista.

Representantes de áreas da saúde pedem mudanças no Ato Médico

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem visita da vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Luziana Maranhão. Também participaram da reunião integrantes dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, Serviço Social, Enfermagem e Psicologia.

Luziana disse que o projeto do Ato Médico (PLS 268/2002) tem pontos incongruentes com a legislação de outras áreas profissionais e com a política nacional de saúde. Ela citou a prescrição de próteses e a indicação terapêutica, que, pelo projeto, ficariam apenas a cargo dos médicos. Luziana afirmou que todos os profissionais de saúde fazem indicação, cada um na área em que atua.

De acordo com os representantes dos conselhos, podem ocorrer demandas judiciais se o projeto for aprovado na forma atual. Eles querem que

o texto seja claro para limitar a prescrição do médico à área médica e, assim, liberar a autonomia profissional de outras especialidades da saúde.

— Esta é a forma mais coerente de atuar na área da saúde: cada um exercendo sua competência — disse Luziana.

Dia 4, Renan recebeu a visita do presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto d’Avila, e de representantes de outras entidades de classe, além dos senadores Paulo Davim (PV-RN), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Davim, que é médico, admitiu que há pontos polêmicos, mas informou que o texto já foi discutido à exaustão e ponderou que é impossível garantir unanimidade em relação a uma proposta.

— Temos absoluta consciência de que a maioria dos profissionais da saúde aceita a votação do projeto — afirmou o senador.

Abertas inscrições para a Comenda Dom Hélder Câmara

A abertura das inscrições para a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara 2013, a ser conferida pelo Senado a cinco cidadãos, foi registrada por Paulo Paim (PT-RS). O prazo encerra-se em 1º de agosto. O senador também anunciou a apresentação de voto de aplauso pela eleição de Paulo Vannuchi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).



Paim preside o Conselho da Comenda Dom Hélder Câmara

Paim prevê avanços em lei para pessoas com deficiência

Avanços na classificação de deficiência trazidos pelo projeto de Estatuto da Pessoa com Deficiência foram citados por Paulo Paim (PT-RS).

O texto do PLS 6/2003, aprovado pelo Senado em 2006, foi reformulado por um grupo de trabalho e aguarda votação na Câmara. Segundo o senador, as leis em vigor consideram apenas critérios médicos baseados no corpo. Já o estatuto segue parâmetros internacionais que incluem a parte funcional.

— A definição passa a seguir uma lista de estruturas do corpo, das funções orgânicas e restrições de participação na vida em comunidade e em sociedade — esclareceu.

Sérgio Souza lamenta assassinato de mais um índio em MS

O assassinato a tiros do índio guarani-caiua Celso Rodrigues, na quarta-feira, em Paranhos (MS), foi lamentado por Sérgio Souza (PMDB-PR). Apesar de as investigações ainda estarem em andamento, o senador acredita que o ocorrido trará mais tensão ao conflito entre indígenas e produtores rurais no estado e em todo o país.

— Precisamos criar uma política nacional em favor do índio — defendeu.



Souza pede criação de uma política nacional em favor dos índios



Requerimento de Humberto (E) foi aprovado na CDH, presidida por Ana Rita

Ministro anuncia R\$ 150 milhões para irrigação na Amazônia

Investimentos federais foram anunciados em Macapá, durante audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional

A REGIÃO AMAZÔNICA receberá do governo federal investimentos de R\$ 150 milhões para expansão do abastecimento de água, em atividades de inclusão produtiva e no estímulo à agricultura irrigada. O anúncio foi feito ontem, pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, durante audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) em Macapá.

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), comemorou as medidas e programou para julho, em Aracaju, outro encontro para discutir desenvolvimento regional e turismo no Nordeste. João Capiberibe (PSB-AP), anfitrião do encontro, afirmou que o objetivo era apresentar opções para o desenvolvimento da região e para agilizar processos de financiamento.

— Desenvolvimento regional é um dos temas mais importantes na agenda brasileira — concordou Valadares.



Presidente da comissão, Valadares (de pé) coordena audiência pública em Macapá

Pelo Programa Água para Todos, segundo Bezerra, serão destinados R\$ 69,5 milhões para instalação, recuperação e ampliação de sistemas coletivos de abastecimento de água em localidades do Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Outros R\$ 63,4 milhões vão promover a inclusão produtiva da população em situação de extrema pobreza, por meio de ações voltadas à estruturação das cadeias do pescado,

ecoturismo, fruticultura, aquicultura e hortifrutigranjeiros nos estados do Amapá, Amazonas e Pará. A ideia é fortalecer os arranjos produtivos locais.

Além disso, o ministro informou que autorizou investimento de R\$ 27 milhões, mediante termo de compromisso com o governo de Roraima, para projeto de irrigação. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na primeira etapa do projeto,

os recursos serão utilizados para a implantação da infraestrutura de irrigação para produção agrícola em uma área de 1.000 hectares em Boa Vista. Os recursos federais vão permitir ainda modernizar a estrutura e os equipamentos em funcionamento nos 400 hectares já em operação.

O governador do Amapá, Camilo Capiberibe, destacou que os debates vão ajudar a encontrar um modelo de desenvolvimento que aproveite os recursos naturais e as potencialidades econômicas da região para a geração de emprego e renda na Amazônia.

Participaram o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior; o presidente do Banco da Amazônia, Valmir Rossi; o superintendente de Desenvolvimento da Amazônia, Djalma Bezerra Mello; o superintendente-adjunto de Planejamento da Zona Franca de Manaus, José Nagib da Silva Lima; entre outros.

Raupp destaca êxito da piscicultura em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou ontem os piscicultores de Rondônia que desenvolveram a criação em cativeiro dos peixes pirarucu e tambaqui, transformando a atividade em um importante fator de geração de emprego.

O senador informou que Rondônia tem cerca de 50 piscicultores, com 100 hectares de tanques para cultivo do pirarucu. Em 2013, segundo ele, deverão ser comercializadas 800 toneladas.

— O pirarucu, antes considerado apenas como bacalhau da Amazônia, hoje abastece os mercados mais refinados da Europa e dos Estados Unidos — disse Raupp.



Criação de peixes em cativeiro gera empregos, afirma Raupp

Ana Rita comemora lançamento de plano de agricultura familiar

O lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar para 2013–2014 foi comemorado em Plenário por Ana Rita (PT-ES). Ela destacou melhorias na atual versão do programa, entre as quais o aumento do limite individual para aquisição do financiamento com juros ainda menores. Outra inovação mencionada foi a mudança no enquadramento da renda, que permitiu a agricultores que tiveram ganho de até R\$ 360 mil ao ano serem beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).



Ana Rita destaca melhorias na versão atual do programa

Congresso poderá debater ações em prol do Nordeste

Uma nova comissão mista do Congresso poderá ser constituída com a finalidade de traçar um plano de ação em defesa do Nordeste. O assunto foi abordado em reunião entre integrantes da bancada da região na Câmara dos Deputados e o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O coordenador da bancada, deputado Pedro Eugênio (PT-PE), disse que a ideia partiu de Renan e que a meta agora é agilizar a instalação e atuar com objetividade para que os trabalhos sejam concluídos rapidamente.

— Aqui houve uma decisão política e, portanto, quanto mais rápido nós tivermos a capacidade de colocar no papel os pontos centrais que deverão ser objeto da comissão, mais rapidamente a comissão será instalada — estimou.

Na opinião do deputado,

o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, vai receber a ideia da nova comissão mista com entusiasmo. O passo seguinte será preparar o documento a ser entregue aos presidentes das duas Casas, no qual serão alinhavados os pontos básicos para discussão na comissão.

Tecnologia

Entre os temas, deve estar um novo padrão para o financiamento da produção, com base em modelo agrícola mais adequado às irregularidades climáticas. Para Pedro Eugênio, o financiamento não pode mais continuar a ser feito em cima de modelo tão vulnerável às secas.

— Tem que haver incorporação de tecnologia, uma nova forma de produção envolvendo fortemente instituições como a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária].

O deputado citou ainda o gerenciamento dos recursos hídricos. Segundo ele, as instituições existentes (como Codevasf e Dnocs) ainda não são suficientemente fortes tanto para gerenciar como para atuar na identificação de novos mananciais e estabelecer as formas de uso das águas de forma abrangente. Outro ponto seria o fortalecimento institucional de órgãos de

planejamento como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

De acordo com Pedro Eugênio, é necessário discutir políticas públicas federais que possam colocar o Nordeste numa posição de convergência com os indicadores de desenvolvimento econômico e social das regiões mais desenvolvidas, e não de estabelecer apenas políticas compensatórias.



Açude no Nordeste: deputados se reuniram com Renan para debater soluções

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Lei sobre terrorismo pode ser definida até agosto

Relator da proposta, Romero Jucá apresentou ontem alterações ao texto inicial e informou que serão feitas audiências com especialistas para dar subsídios antes das votações na Câmara e no Senado

LACUNA NA LEGISLAÇÃO brasileira, o crime de terrorismo pode ser definido em lei até agosto. O presidente da comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que a intenção é votar o texto em duas semanas e enviá-lo para os Plenários da Câmara e do Senado.

— Temos condições de definir a regulamentação sobre terrorismo ainda em agosto, antes da Copa do Mundo e das Olimpíadas — disse.

Ontem, o relator da comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou alterações ao texto. Uma das principais discordâncias foi a diferenciação entre movimentos reivindicatórios e atos de terrorismo. A definição, que estava no texto inicial do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), foi modificada por Jucá.

— É preciso deixar bem



Vaccarezza e Jucá querem definir regulamentação antes da Copa e das Olimpíadas

expresso que há diferença entre danos provocados por movimentos reivindicatórios e danos provocados por movimentos terroristas — disse Miro.

Jucá concordou com a necessidade de que essa diferença fique clara e afirmou que vai estudar uma alteração.

O deputado criticou também a separação entre terrorismo, financiamento, incitação, favorecimento pessoal e outras práticas relacionadas. O relator

atribuiu penas diferentes e Miro havia previsto a mesma pena: de 24 a 30 anos.

Além disso, Jucá entende que deve haver aumento de um terço da pena nos casos que vitimem autoridades, como o presidente da República. Miro entende que cidadão e autoridade devem ser tratados da mesma forma. Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a alteração feita por Jucá deve ser mantida porque um crime contra uma autoridade ultrapassa as ofensas contra pessoas físicas, atingindo uma representação institucional.

Nas próximas duas semanas, Jucá pretende se reunir com representantes do governo e do Supremo Tribunal Federal, colhendo subsídios para melhorar o texto.

No Plénário, ele informou que a comissão fará audiências públicas com especialistas e que, para seu relatório, aproveitou contribuições dos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes. Jucá adiantou também que o crime será imprescritível, com pena cumprida em regime fechado por quatro quintos do tempo da duração, sem o benefício da progressão.

Comissão recebe também projeto sobre produção de rádio e TV

A comissão também recebeu ontem minuta do projeto do deputado Sérgio Zveiter (PSD-RJ) que regulamenta a regionalização da produção em rádio e TV. A questão é discutida pelo Congresso há mais de 20 anos. O projeto define produção cultural, artística e jornalística e faz a diferenciação entre produção regional, feita dentro de uma das cinco regiões do país, e a local, feita dentro de um estado. Além disso, estabelece os percentuais na programação de acordo com o número de habitantes das cidades.

São cinco níveis de tempo para a programação regional e local. A gradação começa com as localidades de até 500 mil habitantes, com 336 minutos semanais de programação regional, dos quais 168 têm que ser de programas locais, e vai até as localidades com mais de 5 milhões de habitantes. Nesses locais, o mínimo é de 840 minutos semanais de programação regional, dos quais pelo menos 420 têm de ser dedicados à produção local. Os percentuais são menores nos primeiros cinco anos após a publicação da lei.

Para Alvaro Dias, maioria penal aos 18 não é cláusula pétrea e deve ser alterada



Morieira Menezes/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o parâmetro de 18 anos para a inimputabilidade. O senador explicou que a lei presume que o indivíduo menor de 18 anos tem um desenvolvimento mental incompleto, mas ressaltou que esse argumento não é comprovado pela ciência psiquiátrica.

O senador disse que, cada vez mais, a população presencia a violência de jovens e refutou a ideia de que não se pode alterar o artigo 228 da Constituição.

— Não se trata de cláusula pétrea e é possível, portanto, a alteração da Constituição, atendendo ao clamor de 93% dos brasileiros — defendeu.

Magno Malta cobra ampliação do debate sobre crimes cometidos por adolescentes



Arthur Moriguchi/Agência Senado

Em pronunciamento ontem, Magno Malta (PR-ES) voltou a defender uma “cruzada” pela redução da maioria penal, argumentando que

96% da população apoia a proposta. Para ele, os críticos da redução da maioria não compreendem que os tempos mudaram.

— Nós estamos vivendo no país da mortandade, dos velórios de vítimas de crimes cometidos por homens travestidos de criança — lamentou.

Segundo o parlamentar, é preciso ampliar os debates que vêm sendo realizados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil é lembrado no Plenário por Lúcia Vânia



Lia de Paula/Agência Senado

Lúcia Vânia (PSDB-GO) celebrou o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado em 12 de junho. A data foi instituída pela

Lei 11.542/2007, fruto de projeto da senadora, e coincide com o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em outubro, Brasília sediará a 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil, envolvendo 185 países.

— A escolha do Brasil como sede se deve ao fato de o país ser considerado referência mundial desde que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) foi lançado, em 1996 — disse.

Armando Monteiro defende inovação como política estratégica de Estado



Morieira Menezes/Agência Senado

Armando Monteiro (PTB-PE) cobrou ontem em Plenário mais estímulo à inovação, considerando que esse será um fator determinante para o desenvolvimento do país e a inserção no comércio internacional. Segundo o parlamentar, os avanços recentes do Brasil em inovação são pouco significativos e resta um “longo caminho a trilhar”.

— Especialmente na área industrial, os ganhos de produtividade no futuro dependerão fundamentalmente da capacidade de inovar. A economia brasileira está desafiada a incorporar o conhecimento, a inovar processos e inovar produtos — afirmou.

Grupo proporrá mudanças nas regras para licitações

Foi instalada ontem a Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos — a lei é de 1993. O presidente da comissão é Vital do Rêgo (PMDB-PB); a relatora, Kátia Abreu (PSD-TO); e o relator-revisor, Waldemir Moka (PMDB-MS).

— A lei não barra nem cerca a corrupção e ainda entrava o país, impedindo as obras, as compras, principalmente na área da saúde.

Criou uma burocracia quase insuperável — afirmou Kátia Abreu.

Segundo ela, a Lei de Licitações e Contratos, que vai completar 20 anos em 21 de junho, já foi objeto de mais de 600 propostas de mudanças.

— Isso é um sinal de que as coisas não estão bem — afirmou a senadora.

Moka afirmou que será um trabalho difícil, porém necessário. Para ele, o caminho é punir os que infringirem a lei, em vez de elaborar uma legislação rigorosa e burocrática.

A comissão aprovou um cronograma que será

dividido em três fases. A primeira será destinada a audiências públicas, sempre nas segundas-feiras. Serão quatro audiências, a partir da próxima semana, até agosto.

A segunda fase de trabalho será destinada a estudar as sugestões e críticas colhidas nas audiências públicas e compará-las com os projetos sobre o assunto que tramitam no Congresso.

Também nessa fase, será elaborada a minuta do projeto de lei.

A relatora assinalou que existem muitos projetos bons e que a ideia é aproveitá-los, e não dispensá-los.

— Nós não queremos passar uma borracha em cima do trabalho que já foi feito. Nós vamos fazer um aproveitamento de todos esses projetos, analisando um por um, com todo o respeito e cautela — afirmou a senadora.

Até 8 de outubro, Kátia Abreu pretende realizar a última fase de trabalho da comissão, que será a discussão da minuta e a deliberação da versão final do projeto.

Relatora da nova comissão diz que lei atual não evita corrupção e entrava o país



Na instalação da comissão, Aloysio Nunes cumprimenta Vital do Rêgo

José Cruz/Agência Senado

Diante da falta de resposta, convite a Patriota e Pimentel para debate sobre novo bloco econômico foi transformado em convocação

À espera de ministros, comissão suspende votação de embaixadores

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) decidiu ontem suspender a votação de indicações da presidente Dilma Rousseff para embaixadas até que o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, compareça a audiência no Senado para debater a criação da Aliança do Pacífico — bloco formado por Chile, Colômbia, Peru e México — e os reflexos no Mercosul.

A CRE transformou em convocação convite feito a Patriota e ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento de convite, protestou contra a falta de resposta.

— A comissão adotou postura elegante, convidando o ministro. Mas, como ele foi grosseiro [não respondendo ao convite], vamos convocá-lo.



Autor do requerimento de convite, Simon disse que ministro foi grosseiro

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou “a boa vontade e cooperação” dos chanceleres dos dois últimos governos com a CRE e disse que não criaria objeção à transformação do convite em convocação.

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu uma reunião para definir uma posição diante dos blocos econômicos



Presidente da comissão, Ferraço quer audiências sobre blocos econômicos

emergentes. O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), concordou e anunciou audiências com especialistas.

No dia 20, haveria sabatina de indicados para representações do Brasil no exterior: Carlos Eduardo Sette Câmara (Bahamas), Piragibe dos Santos Tarragô (Holanda) e Lineu Pupo de Paula (Guiana).

Por sugestão de Ferraço, uma exceção foi aberta em relação à indicação de Denis Fontes de Souza Pinto para embaixador no Vaticano, em razão da visita do papa Francisco ao Brasil, em julho. Fontes deverá ser sabatinado na terça-feira, com votação no Plenário em seguida.

Ontem, a CRE aprovou acordo entre Brasil e Uruguai sobre transporte fluvial e lacustre em hidrovia que une os dois países, assinado em 2010. Acolheu também decisão do Conselho do Mercado Comum, de 2010, para criação do Alto Comissariado do Mercosul. O atraso de quase três anos levou o relator, Roberto Requião (PMDB-PR), a criticar o Congresso. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que o atraso deve ser atribuído ao governo, que tem maioria na Câmara.

Em homenagem, senadores citam atualidade das ideias de José Bonifácio

Em sessão especial de comemoração dos 250 anos do nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o Patriarca da Independência como referência fundamental na formação da nacionalidade brasileira. Para o senador, depois de dois séculos, as preocupações de José Bonifácio, as ideias e os projetos políticos dele permanecem atuais.

— Sua visão estratégica nos garantiu a oportunidade de

iniciarmos um novo destino para o nosso país. Essa sintonia com a nova ordem, com as ruas, com a mudança, é, sem dúvida, um dos maiores legados de José Bonifácio, sobre o qual devemos refletir diariamente.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do requerimento de homenagem, apresentou um currículo detalhado do Patriarca da Independência.

— Recordamos José Bonifácio para melhor enfrentarmos as tarefas atuais, levando em conta suas indicações de

estrategista, de estadista, de chanceler preocupado com a unidade nacional e a defesa de nossas fronteiras, de brasileiro que pleiteava que nosso país ocupasse uma posição estratégica na América Latina e no mundo — disse.

Falando em nome da família, o subprocurador-geral da República José Bonifácio Borges de Andrada agradeceu ao Senado e lembrou as várias celebrações em memória de José Bonifácio ocorridas no Brasil.



Da tribuna, Inácio Arruda enaltece valor das ideias de José Bonifácio no presente

Senado pedirá ao TCU dados sobre obras da Copa

O Senado pedirá informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras da Copa. Os requerimentos aprovados são de Sérgio Souza (PMDB-PR). Serão pedidos dados sobre os 12 estádios (RQS 613/2013). O RQS 612/2013 pede cópias dos contratos de parceria público-privada para a reforma ou construção da Fonte Nova, da Arena Pernambuco e do Mineirão.

O objetivo é obter subsídios para a atuação do Senado na fiscalização da aplicação dos recursos públicos. Souza preside a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Ferraço afirma que Mercosul precisa se reinventar

O Mercosul precisa se reinventar diante da conjuntura atual do comércio internacional, disse Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Para o senador, isso exige atenção redobrada das autoridades brasileiras.

Ferraço questionou, porém, se não é chegada a hora de uma reflexão sobre a necessidade de o bloco “se refundar, se reinventar, mediante um possível redesenho institucional capaz de torná-lo mais dinâmico e propositivo, em nome de um pragmatismo que no momento parece faltar ao bloco, preso a preferências ideológicas momentâneas de alguns de seus membros, naturalmente incluindo o Brasil”.

O senador também comemorou o envio à Câmara de projeto com uma nova distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

TV amazônica tem reconhecimento do exterior, diz Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) parabenizou o canal Amazon Sat pela assinatura do Pacto pelas Águas com o Instituto Humanitare, ligado à ONU. Ela disse que é um reconhecimento ao serviço prestado à região pela TV. A Amazon Sat integra a Rede Globo e conta com programação própria, voltada para o povo e a cultura amazonenses. O canal tem filiais nos estados da Região Norte, levando informação aos municípios mais distantes e a 80 países, ajudando a divulgar a Amazônia para o mundo.

— O foco na região despertou o interesse da ONU. Quando assim agem, estão nos ajudando na defesa da soberania da região.



Vanessa Graziotin

Petecão: demissões podem gerar caos social no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) registrou a visita de parlamentares do Acre aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia e Marco Aurélio para tentar resolver a situação dos 11 mil servidores do estado ameaçados de demissão. O STF determinou a dispensa de servidores contratados sem concurso entre 1988 e 1994. Os parlamentares acrianos esperam a revisão da decisão.

— Fazendo uma conta com 3 pessoas por família, nós estamos falando de 30 mil pessoas. Isso dará um impacto não só na economia, mas um impacto social. Nós estamos diante de um caos social — alertou o senador.



Sérgio Petecão

Ana Rita critica redução de salário de professores

Ana Rita (PT-ES) manifestou “estranheza e preocupação” com as notícias de que professores da rede municipal de Juazeiro do Norte (CE) tiveram os salários reduzidos. Ela explicou que um projeto recém-aprovado pelos vereadores reduziu o valor em R\$ 650 — hoje o vencimento é de R\$ 2 mil. Para Ana Rita, o município ignorou o princípio constitucional da irredutibilidade do salário. Segundo ela, o objetivo seria enquadrar o município à Lei de Responsabilidade Fiscal.

— O que é mais importante: valorizar os responsáveis pela cultura ou resguardar verbas para outros gastos materiais?

A senadora lembrou que, desde 2007, está em vigor o Fundeb, que prevê uma complementação da União para estados e municípios.